

Alterações Climáticas e Energia Nuclear em Portugal.

Delgado Domingos, Prof.Cat. I.S.T.

“*Cientistas portugueses defendem o nuclear*” e vão “*criar uma associação (ADN) para promover o debate e integrar o tema na agenda eleitoral*”, informava o Expresso de 4.04.2009.

É louvável que alguns sócios da SPF (Sociedade Portuguesa de Física) se proponham formar uma associação para intervir no debate público de questões de interesse nacional e é sobretudo relevante o seu compromisso de dar “*informação sobre factos técnica e cientificamente verificáveis*”. Todavia, quando os promotores da ADN afirmam que “*toda a energia que consumimos na Terra é proveniente do Sol e a energia do Sol é nuclear*”, mostram que não resistem à fácil demagogia das inferências abusivas, o que é pena. A SPF é filiada na European Physical Society e a ADN invoca a “posição” da EPS em defesa da energia nuclear. Todavia, as inferências que a ADN suscita com as referências a esta “posição” deixam muito a desejar. Por um lado, trata-se de um documento para discussão com base no relatório elaborado por cinco membros do seu “Nuclear Physics Board (NPB)”, cuja má qualidade técnica e rigor científico não podem ser desculpadas pelo facto de os autores trabalharem no domínio das ciências fundamentais, sem qualquer ligação à indústria nuclear ou à realidade económica. Por outro, não se pode falar em nome de 100.000 físicos numa matéria desta natureza sem democraticamente os consultar. Na verdade, a “posição” que a ADN invoca exprime sobretudo a preocupação dos Físicos Nucleares pelo declínio da ciência nuclear europeia, a que acresce a redução do peso relativo da energia nuclear a nível mundial (apesar de um aumento em números absolutos e por razões estratégicas na China e na Índia) tal como a própria *International Atomic Energy Agency (IAEA)* reconhece nas suas mais recentes projecções.

Em termos económicos, a energia nuclear não é competitiva em nenhuma economia de mercado e depende inteiramente de subsídios estatais, directos ou indirectos, que se procuram justificar em nome de intangíveis interesses nacionais (habitualmente muito privados) ou da salvação da humanidade, como sucede com os alegados efeitos do CO₂ no aquecimento global.

As Associações Empresariais(CIP,AIP,AEP), tal como a ADN, invocam falta de discussão pública e a existência de tabus sobre a energia nuclear, esquecendo que o mais real e preocupante tabu é sobre a alegada importância do CO₂ no aquecimento global, que agora invocam como argumento decisivo a favor das suas teses. Estas instituições, enquanto não houver compromisso do Estado em os apoiar, continuarão a invocar tabus e falta de esclarecimento público na tentativa de fazer esquecer que, desde 2006, já houve mais discussão pública e sessões especializadas sobre energia nuclear do que as referentes ao Tratado de Lisboa ou ao preço que iremos pagar pela ligeireza com que se negociou o protocolo de Quioto e se aderiu ao mercado do carbono.

Os que verdadeiramente se interessam pela energia nuclear no contexto de uma política energética nacional poderão consultar, de entre inúmera documentação, o excelente livro “*Nuclear-o debate sobre o novo modelo energético em Portugal*” dos jornalistas Jorge Nascimento Rodrigues e Virgílio Azevedo” ou as minhas próprias intervenções públicas durante mais de 30 anos sobre a Energia Nuclear em Portugal e, mais recentemente, sobre Alterações Climáticas, disponíveis em <http://jddomingos.ist.utl.pt> .

Os promotores da energia nuclear, como a ADN , persistem também na presunção de que o cidadão comum os irá apoiar após adequada difusão de “*informação sobre factos técnica e cientificamente verificáveis*” que mostrem as vantagens e a ausência de maiores riscos do que noutras formas de energia. Se assim é, por que motivo não convenceram já as Seguradoras a prescindir das garantias do Estado para cobrir ou limitar as indemnizações a pagar em caso de acidente nuclear?

Expresso 10 Abril 2009